



Os direitos ganhados defendem-se, os direitos pendentes exigem-se

Num contexto de crise económica como o atual, imerso de cheio numa reforma laboral que precariza ainda mais o emprego e reduz os direitos da classe trabalhadora, compre mais que nunca a mobilização e a organização para reclamar o protagonismo das nossas lutas diárias, com o fim de superar a sociedade patriarcal, procurando um sistema mais justo no que as mulheres tenhamos o pleno direito a ser donas dos nossos corpos, libertando-nos de imposições externas.

Estamos a atravessar umha situação de crise social diretamente relacionada com as crises alimentar, económica, ambiental e energética, e da que o sistema capitalista se está a aproveitar para incrementar a exploração, a privatização de serviços públicos, recortar prestações e vulnerar

>>





direitos. Esta situação é sustentada por um sistema patriarcal que afeta a situação, já de por si precária e injusta, na que nos achamos as mulheres trabalhadoras e que se manifesta em exemplos concretos: os recortes orçamentários dedicados à luta contra a violência machista ou a reforma das pensões, que condena milhares de mulheres a umha situação de dependência dos seus maridos.

As mulheres afrontamos a crise económica e financeira numha situação de precariedade laboral, salarial e social que nos situa numha posição de vulnerabilidade e sinala-nos como objectivo principal no recorte de direitos do que o sistema se nutre para afortalar a sua pervivência nestes tempos de crise. O desemprego feminino é mais alto, sofremos a desigualdade salarial, as nossas condições de trabalho som piores, temos mais dificuldades para ascender profissionalmente e ademais somos as que nos responsabilizamos do trabalho no fogar e do cuidado de filhos, filhas e familiares dependentes.

Por se for pouco, a contra-reforma da Lei do Aborto que vem de anunciar o ministro de justiça, Ruíz Gallardón, constitui um evidente retrocesso nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, às que se nos nega de novo o direito a decidir sobre o nosso corpo. Nós, manifestamo-

nos em contra dos recortes e contra esta eliminação de garantias jurídicas que nos deixa numha situação de maior desproteção e insegurança, recordando que qualquer retrocesso na legislação em matéria de aborto significa um maior risco para a saúde e a vida das mulheres. Queremos mudar o rol de género que se nos impom e exigimos o nosso legítimo direito a decidir sobre nós mesmas. Por isso, fazemo-nos eco da reivindicação histórica do feminismo e reivindicamos o aborto livre e gratuito.

É necessário construir desde o feminismo umha alternativa a este sistema que situe as mulheres como protagonistas da sua própria vida. Exigimos políticas que garantam os direitos adquiridos, apostando pola criação de emprego digno na nossa terra e que a crise nom a paguemos com o retrocesso das políticas educativas, de igualdade, de serviços sociais. Consideramos inaceitáveis as altas taxas de paro feminino, a discriminação salarial nos mesmos postos de trabalho e a exploração das mulheres com os contratos temporais, aos que há que engadir a situação específica de exploração das mulheres imigrantes.

A revolução socialista será feminista ou nom será!

Vivam as mulheres trabalhadoras, viva o 8 de março!

folha
axitativa
de isca!

nº29

rebatel

www.iscagz.org
info@iscagz.org



isca!